

Crédito, preferência pela liquidez e desenvolvimento regional: o papel dos bancos públicos e privados no sistema financeiro brasileiro (2001-06)*

João Prates Romero**

Frederico Gonzaga Jayme Jr.***

*Doutorando no Departamento Land Economy da Universidade de Cambridge, do Reino Unido
PhD em Economia pela New School for Social Research, dos Estados Unidos da América, e Professor Associado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a forma de atuação de bancos públicos e privados, enfocando principalmente sua capacidade de motivar o crédito e, assim, impulsionar o desenvolvimento regional. Foram estudados dados referentes ao balancete de 21 bancos em atuação no Brasil, subdivididos entre bancos privados nacionais, privados internacionais, públicos federais e públicos estaduais. Testes empíricos demonstraram que a preferência pela liquidez dos bancos influencia o montante total de crédito disponibilizado, sendo a preferência pela liquidez dos bancos públicos federais aquela com maior impacto. Verificou-se a forte concentração financeira no País, sendo os bancos públicos federais e os privados nacionais os que disponibilizam maior crédito. Ressalta-se a necessidade de incentivar a elevação do crédito dos bancos nas regiões mais atrasadas. Ao verificar a influência da preferência pela liquidez dos bancos públicos federais sobre o crédito disponibilizado pelos demais bancos, demonstrou-se seu potencial em liderar o processo de desenvolvimento regional e impulsionar o crédito dos demais.

* Artigo recebido em mar. 2011 e aceito para publicação em out. 2012.

** E-mail: joaopromero@gmail.com

*** E-mail: gonzaga@cedeplar.ufmg.br

Palavras-chave

Crédito; preferência pela liquidez; sistema financeiro.

Abstract

This work aims at analyzing the form that public and private banks act, focusing on their capacity to motivate credit and push regional development. We studied the data from the balance sheets of 21 banks acting in Brazil, which were divided among private national banks, private international banks, public federal banks, and public state banks. Empirical tests have shown that banks' liquidity preference has influence over the total amount of credit, and that public federal banks are responsible for the highest impact. A strong financial concentration in the country was verified, being public federal and private national banks the ones that provide most of the credit. It is highlighted also the need for raising private banks' credit in the least developed regions. Verifying the influence of public federal banks' liquidity preference over other banks' credit it was shown their potential in leading the development process and pushing other banks' credit.

Key words

Credit; liquidity preference; financial system.

Classificação JEL: G21, L16, R11.

1 Introdução

A maioria das reformas financeiras implementadas no Brasil, a partir de 1990, visava solucionar problemas de solvência enfrentados por alguns bancos nacionais, sobretudo os públicos estaduais. Esperava-se, com isso, fortalecer o sistema financeiro brasileiro (SFB) e aumentar a eficiência dos bancos na geração de crédito. Com as mudanças, procurava-se, ainda, aprimorar o controle monetário e restringir o aumento da dívida pública como parte do projeto de ajuste fiscal no bojo do Plano Real.

Os trabalhos tradicionais, por partirem do pressuposto da neutralidade da moeda, muitas vezes, deixam de lado o estudo e a análise do funcionamento do sistema financeiro. Dow e Rodríguez-Fuentes (1997), por outro lado, argumentam que a não neutralidade da moeda se apresenta tanto na-

cional como regionalmente, tendo, por isso, papel importante no processo de desenvolvimento das regiões mais atrasadas.¹

No plano macroeconômico, por outro lado, muito se tem discutido sobre como escapar das amarras impostas pelo controle da inflação, através da manutenção de juros elevados, e voltar a acelerar o crescimento do Brasil. Esse modelo macroeconômico tem impacto tanto sobre a configuração do sistema financeiro como sobre a forma de atuação dos bancos, influenciando inclusive o modo de inserção regional dos mesmos. Segundo Carvalho (2005, p. 339),

[...] na ausência de pressão para aumentar a oferta de créditos privados, o sistema bancário não apenas raciona sua oferta de créditos, como, pela mesma razão, mantém *spreads* muito elevados. A ampla disponibilidade de títulos públicos é capaz de satisfazer a busca de lucros por parte dos bancos. Ofertar crédito é apenas uma atividade complementar.

Se levada em conta a não neutralidade da moeda, variáveis monetárias podem, sim, contribuir para a ampliação ou a reversão do hiato de desenvolvimento entre as regiões de um determinado país. Segundo os pós-keynesianos, a moeda é endógena ao sistema econômico, introduzida em seu circuito através do crédito disponibilizado pelos bancos, sendo, portanto, de crucial importância. Apesar da relevância da demanda por crédito, os bancos ocupam um papel central na determinação dos níveis de investimento e renda, se também considerados como não neutros e, sim, como poderosos agentes econômicos. O que se supõe é que bancos públicos e privados apresentam diferentes características quanto ao modo de atuação, decisões de alocação de recursos, e à localização de agências.

O objetivo deste trabalho é analisar a forma de atuação de bancos públicos e privados, focando principalmente sua capacidade de motivar o crédito e, assim, impulsionar o desenvolvimento regional. São aqui estudados quatro diferentes tipos de bancos, agrupados segundo suas semelhanças quanto à base de capital: privados nacionais, privados internacionais, públicos federais e públicos estaduais. Espera-se que a discussão aqui introduzida acentue o debate sobre a funcionalidade do SFB, em busca de motivar a criação de crédito e o desenvolvimento e inibir o vazamento de recursos das regiões mais atrasadas.

Para alcançar esses objetivos, o presente trabalho encontra-se dividido em cinco sessões, além desta **Introdução**. O segundo item apresenta, resumidamente, o referencial teórico que orienta a discussão, bem como um breve histórico do sistema financeiro brasileiro, procurando, assim, contex-

¹ Ao assumir a moeda como não neutra, considera-se que a existência de moeda na intermediação das trocas — e para as demais funções que assume (ver Keynes (1982)) — influencia as variáveis reais da economia, quais sejam: produção, emprego, renda. Em outras palavras, variações na oferta e na demanda de moeda podem gerar variações na produção, no emprego e na renda.

tualizar a análise. A terceira parte incumbe-se de analisar a oferta de crédito no Brasil, para que, na seguinte, sejam desenvolvidos testes empíricos e suas conclusões. A última parte apresenta as conclusões finais.

2 Moeda, incerteza e o sistema financeiro no Brasil

2.1 A importância da moeda na economia e seu impacto regional

A economia tradicional opera, fundamentalmente, com a neutralidade da moeda no longo prazo. Ainda que com maior ou menor sofisticação, o fato é que, teoricamente, o papel da moeda é secundário no longo prazo. Na literatura de economia regional, a moeda tampouco partilha de algum destaque. Teóricos de formação monetarista, inicialmente, buscaram reproduzir, em âmbito regional, modelos macroeconômicos estudados em nível nacional, o que permite, quando muito, avaliar os impactos da moeda no curto prazo. Segundo ressaltam Richardson (1973) e Rodríguez-Fuentes (1998), três fatores principais servem de base para esses estudos, quais sejam: o fato de a ortodoxia considerar neutra a moeda no longo prazo, não impactando a economia real em nível regional; a inexistência de instrumentos de política monetária regionais; e o fato de as economias regionais serem quase completamente abertas. Nesse caso, como também verificado em estudos com outras orientações teóricas, os fluxos monetários regionais são resultado das disparidades entre as regiões e não a causa dessas disparidades.

Ao considerar neutra a moeda, a corrente principal em Economia assume também que renda e emprego são determinados somente por variáveis reais. Os bancos, por sua vez, comportar-se-iam como meros intermediários financeiros, que facilitam o contato entre poupadores e investidores e não influenciam os resultados econômicos reais. Portanto, o único modo de o sistema financeiro exercer influência sobre variáveis reais seria negativamente, afastando o sistema econômico da melhor alocação e/ou intermediação de recursos através de falhas de mercado, informação imperfeita ou assimétrica e/ou custos de transação.

Contudo, se focado o referencial teórico pós-keynesiano, tanto a moeda como a atuação e a decisão alocativa dos bancos são consideradas como **não** neutras, de forma que moeda e bancos se tornam parte fundamental do processo econômico. A moeda entra no sistema econômico através do crédito fornecido pelos bancos, sendo a oferta de moeda apenas

parcialmente controlada pelo governo, o que confere aos bancos um forte peso em sua determinação. Dow e Rodríguez-Fuentes (2006, p. 44), ao comentarem os estudos de Beare (1976), argumentam que:

[...] esse autor conclui que seu modelo confirma a importância da moeda nacional na determinação da renda regional em que o impacto diferencial regional se explica pelas diferenças de renda ou elasticidade da demanda de riqueza para o produto regional. [...] Isto é, a moeda parece afetar a renda regional real durante um período de quinze anos, constatação que, de fato, desafia o ponto de vista monetarista de que a moeda é neutra no longo prazo.

A incerteza é de crucial importância, quando adotada uma análise de cunho pós-keynesiano. Segundo o próprio Keynes (1982), as expectativas dos agentes refletem o grau de incerteza presente no ambiente econômico. Quanto mais elevada a incerteza, menor a expectativa dos agentes quanto à realização dos lucros, sendo menor sua motivação para investir, preferindo eles reter ativos mais líquidos, como forma de se precaver, gerando uma maior preferência pela liquidez. Analogamente, se trazermos para o foco de análise uma economia mais dinâmica, onde a atividade econômica apresenta menor incerteza, então, menor será a preferência pela liquidez dos agentes. Devido ao maior otimismo partilhado pelos mesmos no que diz respeito aos ganhos futuros, são impulsionados, então, o investimento e a demanda, acelerando, assim, o processo de crescimento.

O crédito é extremamente relevante nesse processo, e, para se perceberem seus determinantes, são estudadas tanto a oferta como a demanda por crédito, consideradas interdependentes e estreitamente relacionadas à preferência pela liquidez. Pelo lado da oferta de crédito, caso os bancos tenham elevada preferência pela liquidez, fruto da incerteza elevada, que gera expectativas pessimistas sobre a economia (regional ou nacional), a oferta de crédito encontra-se restringida. Pelo lado da demanda, a preferência pela liquidez influencia a decisão de portfólio do público, assim, quanto maior for essa preferência, menor será a demanda por crédito. Além de representar uma demanda por crédito mais restrita, a elevada preferência pela liquidez por parte do público acaba acarretando também alocação de recursos num portfólio de mais curto prazo, de forma que, com o intuito de ajustar seus passivo e ativo, os bancos acabam também reduzindo o prazo do crédito concedido. Os impactos de um quadro como esse são sentidos principalmente no setor inovador do sistema econômico, que necessita de crédito com prazo mais alongado. No que diz respeito ao desenvolvimento do país, tal restrição representa um forte empecilho.

Valendo-se de tal referencial teórico, Dow (1982, 1982a) desenvolveu modelos onde os diferentes padrões de desenvolvimento regional refletem não somente o lado real da economia, mas também as características e o modo de funcionamento do sistema financeiro. Mesmo possuindo base

monetária igual, expectativas mais otimistas dos agentes sobre os preços de ativos acabariam por gerar multiplicadores monetários mais elevados, o que torna os mercados dessas regiões mais líquidos, produzindo mais elevado grau de desenvolvimento financeiro e melhores resultados comerciais.

Essa discussão torna extremamente relevante estudar como se dão as relações e as interações entre regiões mais e menos desenvolvidas. O modo como essas relações vêm sendo trabalhadas é através de uma abordagem que diferencia as dinâmicas econômicas do centro e da periferia. A região central apresenta maior prosperidade, com mercados organizados e dinâmicos, além de um sistema financeiro sofisticado. A região periférica, por outro lado, é estagnada, com mercados frágeis e fortemente dependentes da região central, principalmente por ser exportadora para esta última, e apresenta ainda sistema financeiro menos sofisticado. Como já referido, o maior risco de *default*, a mudança da eficiência marginal do investimento (reflexo das maiores taxas de juros e da menor disponibilidade de crédito) e a maior incerteza do público quanto à obtenção de renda fazem com que a periferia tenha mais elevada preferência pela liquidez. Analogamente, devido às menores incerteza e volatilidade econômicas, a região central mostra características inversas, quais sejam: baixa preferência pela liquidez (e, por isso, maior dinamismo); maior liquidez dos ativos; e mais elevado multiplicador bancário. Além disso, utilizando a teoria da **causação circular cumulativa** de Gunar Myrdal (1957), Dow (1982a) argumenta ainda que um dos setores da economia do centro que se vale de economias de escala e aglomeração é justamente o setor financeiro.

Quanto à estrutura produtiva, o centro é historicamente marcado pela presença de capital industrial e comércio, além de centro financeiro. À periferia são atribuídas atividades relacionadas ao Setor Primário e/ou de manufaturas pouco tecnológicas. Sua economia encontra-se fortemente ligada às exportações feitas para o centro, sendo, por isso mesmo, mais vulnerável a oscilações de demanda do centro, o que realça sua dependência. A periferia sofre ainda *spread effects* do centro no que diz respeito às decisões empresariais quanto às filiais e à difusão de tecnologia e de mão de obra qualificada.

Regiões com elevada preferência pela liquidez e baixo acesso bancário, portanto, sofrem, geralmente, restrições de crédito por parte do sistema bancário, o que praticamente impossibilita seu desenvolvimento, gerando um ciclo vicioso de concentração. Mostra-se de extrema relevância o estudo do modo de atuação dos diferentes tipos de bancos presentes no Brasil, dentro do conjunto de regras e normas que regem o sistema financeiro brasileiro na atualidade, como forma de tentar inferir mudanças que possibilitem conferir maior funcionalidade ao mesmo, no que se refere à motivação do desenvolvimento nacional, mas sobretudo das regiões atrasadas.

2.2 Crédito e desenvolvimento

Marx (2003) considera o crédito um importante mecanismo no processo de crescimento, uma vez que flexibiliza a acumulação de capital, facilitando o que o autor chamou de “reprodução ampliada”. Já Schumpeter (1982), clássico da literatura sobre desenvolvimento econômico, considera o crédito indispensável para o rompimento da inércia do processo de reprodução simples, chamada por ele de “fluxo circular”. Para o autor, o banqueiro

[...] se coloca entre os que desejam formar combinações novas e os possuidores de meios produtivos. Ele é essencialmente um fenômeno do desenvolvimento, embora apenas quando nenhuma autoridade central dirige o processo social. Ele torna possível a realização de novas combinações, autoriza as pessoas, por assim dizer, em nome da sociedade, a formá-las. É o éfuro da economia de trocas (Schumpeter, 1982, p. 53).

Celso Furtado (1983), por seu turno, considera a atividade inovativa e a acumulação de capital como interligadas, posto que a inovação é quase sempre fruto da busca das empresas por aplicação de recursos acumulados. Por necessitar de investimentos em pessoal especializado e modernos laboratórios de P&D, dentre outros gastos, a criação de inovações tecnológicas põe em destaque o papel da acumulação de capital. Assim,

Uma teoria do desenvolvimento deve ter por base uma explicação do processo de acumulação de capital. A teoria das inovações é de enorme importância, mas conduz a equívoco pretender formulá-la independente da teoria da acumulação de capital (Furtado, 1983, p. 47).

É possível destacar, portanto, pelo menos três aspectos básicos pelos quais o crédito e o sistema financeiro desempenham um papel central para o desenvolvimento: (a) propulsão do investimento e acumulação de capital; (b) financiamento da atividade inovativa; (c) redução da concentração de recursos e rompimento da dinâmica centro-periferia. Além disso, ao impulsionar o crescimento da periferia e a reversão do vazamento dos fluxos financeiros rumo à região central, o crédito promove redução da chamada “polarização modernização-marginalização” (Albuquerque, 2005), que reflete a paradoxal concentração de renda no centro e a marginalização da periferia. Com a redução da concentração de recursos financeiros no centro e expansão do crédito na periferia, impulsiona-se não só o crescimento dessa região, como também a redução da distribuição de renda em nível regional. A amplitude com que se dá esse processo será função da preferência pela liquidez, mas o mesmo ser influenciado também pelas regras e pela configuração do sistema financeiro.

O crédito é de central importância para o desenvolvimento econômico, não só por seu impacto direto na acumulação de capital e seus reflexos

sobre a distribuição de renda e a atividade inovadora, possui também grande importância na formação de expectativas, de forma que, se bem empregado e se garantidos os bons resultados dos investimentos, ele produz um aumento do otimismo na economia. Esse componente **expectacional** relacionado ao otimismo dos agentes foi chamado por Keynes (1982) de *animal spirits*. Esse termo, definido pelo autor como o “[...] instinto espontâneo de agir ao invés de não fazer nada [...]” (Keynes, 1982, p. 133), trata da disposição dos agentes em enfrentar a incerteza. Quando essa disposição é **fraca**, eles tendem a **adiar** os investimentos, como forma de se precaver no caso de algum evento negativo inesperado. Já quando essa disposição é forte, os mesmos ficam mais propensos a comprometer seus recursos e aumentar o investimento. O ponto-chave, portanto, é proporcionar o fortalecimento do *animal spirits* dos agentes, criando um ciclo virtuoso de crescimento. A disponibilização do crédito e o posterior sucesso dos investimentos dele advindos são o ponto de partida para tal processo. Entretanto, para evitar os efeitos negativos da polarização financeira, é primordial conhecer e entender a estruturação do SFB e a evolução histórica que moldou sua configuração atual.

2.3 O sistema financeiro brasileiro nas décadas de 80 e 90

No início da década de 80 do século passado, choques consecutivos de capital, de oferta, de demanda e de juros resultaram numa grande diminuição da liquidez internacional, o que acabou por acarretar aumento da inflação no Brasil, elevação da dívida externa e deterioração das contas fiscais do Governo brasileiro. Diante desse cenário, ficaram escassas as fontes de recursos para financiamento que operavam até então: o setor público e o capital externo. Simultaneamente, a própria demanda por financiamento também diminuiu, devido à maior incerteza. Esses fatores caracterizam o período de baixo crescimento e alta inflação que marcou os anos 80. As instituições financeiras, por sua vez, não sofreram tanto nesse período e foram capazes de continuar obtendo lucros. Historicamente, o SFB é uma herança das décadas de alta inflação e, sendo assim, tornou-se habilitado a tirar proveito desse cenário. No caso brasileiro, a indexação, por meio da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), permitiu à moeda doméstica, apesar de não mais valer como unidade de medida, continuar servindo normalmente como meio de pagamento. Ao contrário de outros países que enfrentaram situação parecida, os recursos dos brasileiros foram mantidos nos bancos, que, por sua vez, não perderam os depósitos à vista, que caracterizam o principal item do seu passivo. Segundo Carvalho (2005, p. 333), [...] esse arranjo não apenas permitiu a

sobrevivência do sistema bancário doméstico sob alta inflação como acabou mesmo por abrir-lhe novas oportunidades de lucro [...], como as operações de *floating*.

Uma vez que a inflação incentivava uma aceleração da circulação da moeda, verificou-se então um ganho de agilidade na realização de pagamentos e na movimentação de recursos, posto que, tanto maior sua velocidade, menor a perda gerada pela inflação. As instituições financeiras brasileiras foram também beneficiadas pelo financiamento do setor público. A política monetária vigente era focada em emissão de títulos públicos de curta maturação e altas taxas de juros. Conjuntamente, o Banco Central do Brasil (Bacen) passou a garantir a recompra de títulos do Governo em caso de déficit de reserva, isentando o investimento em títulos públicos de qualquer risco. Os bancos tinham, assim, aplicações de curto prazo, risco praticamente nulo e alto retorno. Dessa forma, o SFB firmou-se como sólido e competitivo, o que foi confirmado durante a década de 90. No entanto, apesar de apresentar alta eficiência no que diz respeito à agilidade dos sistemas de pagamentos, continuou ineficiente na alocação de recursos para investimentos e incentivo à atividade produtiva, mesmo com as constantes tentativas de melhora nesse quadro. Esse fenômeno caracteriza o que Carvalho (2005) chama de “Paradoxo Brasileiro”.

A década de 90 iniciou marcada por um momento favorável no contexto macroeconômico internacional. Nacionalmente, o Plano Real, de 1994, finalmente promoveu uma estabilização monetária de sucesso, o que causou uma retomada do crescimento econômico no momento imediatamente posterior, motivado pelo crescimento das atividades de crédito e, simultaneamente, diminuição das operações de títulos. No entanto, com o fim da inflação, o SFB presenciou a perda de importante fonte de receita proveniente das transferências inflacionárias, sendo que o ganho dos bancos com o *floating* caiu de 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1993, o que equivalia a 35% da produção do setor financeiro, a zero em 1995 (IBGE, 1997 *apud* Carvalho, 2005). Nos primeiros meses, buscando compensar essas perdas, os bancos promoveram o aumento das operações de crédito. A maior oferta de crédito é justificada pela crença vigente na época de que a baixa inflação permitiria que o setor público equilibrasse o seu orçamento, precisando de menos financiamento e provocando um estreitamento do mercado da dívida pública, do qual os bancos eram dependentes.

Com o aumento da oferta de crédito, a suposta inexperiência dos bancos nesse tipo de atividade e a falta de recursos técnicos adequados para avaliar os riscos resultaram em elevado índice de inadimplência, agravado pelos reflexos da Crise Mexicana de 1995. Observou-se, assim, a incapacidade de alguns agentes do SFB em operar lucrativamente em um cenário de baixa inflação. Além dos bancos que não conseguiram adaptar-

-se ao novo contexto, muitos outros já se encontravam em situação crítica no momento da estabilização. Os bancos estaduais, principalmente, por terem atuado como grandes financiadores dos governos estaduais durante um longo período, mostravam-se extremamente problemáticos.

Foram necessárias, então, novas reformas de fortalecimento e reestruturação do SFB, que visassem eliminar os agentes menos capacitados e menos eficientes. Dessa forma, em 1995, foram criados o Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), para assistirem e financiarem os processos de fusões e aquisições, bem como a reorganização das instituições financeiras envolvidas. Foi promovida, principalmente, a aquisição de bancos ameaçados de quebra por bancos que se mostraram mais sólidos. Por meio desses programas, realizou-se um aumento da concentração financeira nacional, simultaneamente acompanhado por uma expressiva queda do número de instituições financeiras públicas, que ocuparam importante papel no financiamento da atividade produtiva, sobretudo se considerados os bancos de desenvolvimento estaduais.

Adicionalmente, outras medidas atuaram no sentido de fortalecer o SFB, como o estabelecimento de um limite mais alto de capital para a constituição de novos bancos, restringindo a formação de novas instituições, e a criação de incentivos para a fusão, incorporação e transferência de controle acionário. Também a partir de 1995, iniciou-se um movimento de abertura do SFB para a entrada de instituições financeiras estrangeiras. O argumento a favor dessa medida era que a competição externa estimularia um aumento de eficiência dos bancos e a concorrência elevaria e baratearia as operações de crédito, reforçando ainda a estabilidade do SFB. No entanto, os resultados da entrada de bancos multinacionais mostraram-se ambíguos. De fato, houve um fortalecimento do sistema, ainda que outros resultados sejam discutíveis. O sistema bancário nacional acabou mostrando-se apto à nova competição estrangeira no mercado, enquanto os bancos estrangeiros, por sua vez, se adaptaram à conjuntura macroeconômica doméstica, mantendo as práticas vigentes, em vez de agirem como incentivo a um aumento da disponibilização de crédito, como se acreditava.²

Por outro lado, a inadimplência manteve-se concentrada nos bancos públicos, que atuam em áreas de mercado mais arriscadas, não cobertas pelos bancos multinacionais (por exemplo, o crédito agrícola). Sobretudo no período de aumento do crédito pós-Real, verificou-se um menor crescimento da inadimplência nos bancos internacionais. Na verdade, como argumentam

² Embora não seja do escopo do presente trabalho uma análise mais profunda sobre o contexto macroeconômico desse período, é importante ressaltar que as reformas da década de 90 são marcadas pela ideologia neoliberal que predominou durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Mathieson e Roldos (2001), as instituições estrangeiras exercem o chamado *cherry picking*, ou seja, atraem os melhores clientes. Dessa forma, foi garantida maior estabilidade para esses bancos que para os bancos públicos, que acabaram prejudicados. Em relação ao *spread* bancário, foi largamente defendido que a entrada de maior competição contribuiria para a sua queda. O que foi constatado, porém, foi um aumento desse *spread*. Por outro lado, mais recentemente, tem-se observado grande elevação da receita dos bancos oriunda de tarifas, fato que resulta, em grande medida, da elevada concentração do SFB.

É possível ainda ser interpretado que outro objetivo fundamental das mudanças implementadas pós 1994, que era o maior fortalecimento do SFB frente a crises, foi, de certa forma, logrado. Essas mudanças, porém, não foram suficientes para que ocorresse um aumento sustentado no financiamento da atividade produtiva, como se acreditava. Apesar de ocorrido um aumento nos primeiros meses pós Plano Real, como já mencionado, a Crise Mexicana e seus efeitos em outras economias emergentes, como o Brasil, deixou claro que suas economias ainda eram frágeis economicamente.

Em vista desse cenário, o Governo FHC optou por manter uma política de juros altos, visando evitar a fuga de capitais. A dívida pública, que era antes alimentada pela alta inflação pré Real, passou, então, a resistir, devido aos juros elevados, que causaram instabilidade no balanço de pagamentos. Dessa forma, foi garantida aos bancos a continuidade dessa modalidade de aplicação financeira, mais rentável e segura que a oferta de crédito. Conforme argumenta Carvalho (2005, p. 336),

A armadilha que se criou, com a manutenção de uma política de juros elevados para evitar a saída de capitais em um cenário de prematura e irresponsável liberalização dos movimentos internacionais de capitais, prolongou até os nossos dias o desequilíbrio fiscal que alimenta a dívida pública e sustenta a rentabilidade dos bancos que nela aplicam seus recursos.

Nesse contexto, o principal meio de propulsão do crédito apresenta-se na redução da taxa de juros real, que modificaria a estrutura de incentivos do sistema financeiro brasileiro. A redução levaria ao barateamento do crédito e incentivaria a mudança do modo de atuação dos bancos, que, buscando manter seu nível de rentabilidade, procurariam compensar essa queda com o aumento do crédito.

Contudo, apesar da queda da taxa de juros básica, no Brasil, a partir de julho de 2005,³ o que se verificou, entre 2001 e 2006, foi a manutenção da taxa de juros real histórica em torno do mínimo de 9% (Bresser-Pereira, 2005). Além disso, é fácil perceber que, mesmo no caso de uma queda nos

³ Segundo dados do Bacen (2011), o movimento dos juros foi de aumento a partir de 2001, com queda entre meados de 2003 e 2004, apresentando, então, nova subida entre 2004 e 2005, voltando a cair a partir de julho de 2005.

juros reais, nada indica que isso levaria a uma reversão do padrão concentrador de recursos atualmente demonstrado pelo sistema financeiro brasileiro. É no intuito de analisar possíveis meios de reverter esse processo concentrador e motivar o desenvolvimento nas regiões mais carentes que esclarecer o papel dos diferentes tipos de bancos dentro do SFB se torna ponto fundamental.

3 Análise do crédito no Brasil

Os dados utilizados neste trabalho foram disponibilizados pelo Banco Central do Brasil em suas **Informações Financeiras Trimestrais** (Bacen, 2006). As informações foram obtidas por instituição financeiras e referem-se ao passivo e ao ativo dos balancetes dos bancos, respectivamente: depósitos à vista e a prazo; e crédito. A periodicidade dos dados é trimestral, e o período aqui analisado vai do primeiro trimestre de 2001 ao último de 2006, sendo os dados subdivididos entre as macrorregiões brasileiras. Ainda que essa divisão em macrorregiões não seja a mais adequada, ela é tomada como base, no intuito de traçar uma análise regional do crédito e dos fluxos financeiros internamente ao Brasil, uma vez que os dados são disponibilizados nesse formato.⁴

Ao estudar o padrão europeu de sistema financeiro, Chick (2006) verifica a atuação predominante de três tipos de bancos: bancos internacionais, grandes bancos nacionais e bancos de nível local e/ou regional. Os dados aqui apresentados são referentes a 21 instituições financeiras em atuação no Brasil, procurando traçar um paralelo com a tipificação proposta pela autora, de forma a avaliar se existe diferença no modo de atuação dos diferentes tipos de banco. Para o Brasil, seguindo o histórico do SFB, foi pensada uma divisão em quatro tipos de bancos: bancos públicos federais, bancos públicos estaduais, bancos privados nacionais e bancos privados internacionais. O primeiro passo da coleta de informações foi a obtenção de dados referentes aos 10 maiores bancos privados segundo classificação disponibilizada pelo Bacen para 2006. A incorporação do Unibanco pelo Itaú, a do ABN Amro pelo Santander e a da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil alteraram essa conformação em 2008, mudando a posição do Banco do Brasil, que deixou de ser o primeiro em ativos, bem como de alguns outros bancos, conforme a Tabela 1.

⁴ Embora fosse interessante analisar também a destinação do crédito concedido, os dados utilizados não permitem tal análise. Os dados retirados por instituição não apresentam subdivisão. Para um estudo do crédito por região segundo seu destino (crédito de curto prazo, crédito de longo prazo, financiamento industrial, agrícola, dentre outros), ver Romero e Ávila (2010).

Tabela 1

Comparação dos 15 maiores bancos em atuação no Brasil — 2006 e 2008

INSTITUIÇÕES	ATIVO TOTAL (R\$)	LUCRO LÍQUIDO (R\$)	DEPÓSITO TOTAL (R\$)	NÚMERO DE AGÊNCIAS
2006				
Banco do Brasil	264.634.926	2.342.669	139.194.563	4.027
Caixa Econômica				
Federal	189.374.478	699.579	110.617.164	2.351
Bradesco	172.596.186	1.533.003	74.560.501	3.006
Itaú	157.231.214	2.018.099	52.456.756	2.332
Santander	100.007.988	461.660	29.476.321	1.032
Unibanco	87.662.162	532.857	38.341.897	940
ABN Amro	80.394.134	253.744	49.400.668	1.089
Safra	52.145.601	149.896	10.318.892	99
HSBC	53.100.260	167.216	30.079.235	930
Votorantim	48.462.799	231.597	21.684.436	6
Nossa Caixa	34.764.435	174.761	24.533.471	512
Citibank	26.829.055	81.032	5.257.204	64
Banco de Boston ...	23.041.698	-68.099	4.968.516	70
Banrisul	13.825.228	94.547	9.113.839	406
Banco do Nordeste do Brasil	12.435.439	46.851	252.6087	181
INSTITUIÇÕES	ATIVO TOTAL (R\$)	LUCRO LÍQUIDO (R\$)	DEPÓSITO TOTAL (R\$)	NÚMERO DE AGÊNCIAS
2008				
Itaú	631.326.674	3.683.646	222.637.246	3.718
Banco do Brasil	507.348.206	4.811.294	271.121.700	4.390
Bradesco	397.343.348	3.533.530	166.655.842	3.370
Santander	344.681.912	781.597	124.619.433	2.279
Caixa Econômica				
Federal	295.920.330	1.340.274	165.527.803	2.069
HSBC	112.100.299	585.256	65.391.320	931
Votorantim	75.079.292	246.965	20.161.139	17
Safra	66.532.014	398.187	14.716.506	125
Nossa Caixa	54.280.616	120.788	37.222.738	563
Citibank	40.481.542	133.031	8.404.115	127
BNP Paribas	27.984.835	192.866	4.567.754	4
Banrisul	25.375.889	282.694	14.425.764	427
Credit Suisse	23.327.433	173.118	3.449.416	2
UBS Pactual	19.388.542	270.933	3.263.787	6
Deutsche	17.376.797	404.191	3.219.400	2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: **Resumo do total 50 maiores bancos** (Consolidado bancário I) (Bacen, 2006).

NOTA: Entre 2006 e 2008, verificaram-se as seguintes grandes fusões ou aquisições: Santander e ABN Amro; Banco do Brasil e Nossa Caixa; e Itaú e Unibanco.

Em seguida, foi complementada a base de dados com as informações referentes aos bancos públicos ainda em atuação no período: públicos federais e estaduais. É importante lembrar que, neste trabalho, foram apenas analisadas instituições financeiras bancárias captadoras de depósitos, o que exclui bancos públicos de fomento e desenvolvimento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), dentre outros, que são responsáveis por considerável montante de crédito no País, sobretudo no que se refere ao crédito de longo prazo (Quadro 1).

Quadro 1

Tipos de bancos analisados neste estudo

PÚBLICOS FEDERAIS	PÚBLICOS ESTADUAIS	PRIVADOS NACIONAIS	PRIVADOS INTERNACIONAIS
Banco do Brasil S. A. Caixa Econômica Federal Banco Nossa Caixa S. A. Banco da Amazônia S. A. Banco do Nordeste do Brasil S. A.	Banco do Estado de Santa Catarina S. A. Banco de Brasília S. A. (BRB) Banco do Estado do Pará S. A. Banco do Estado de Sergipe S. A. Banco do Estado do Espírito Santo S. A. (Banestes) Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Banrisul)	Bradesco S. A. Itaú S. A. Unibanco S. A. Safra S. A. Votorantin S. A.	Santander S. A. ABN Amro Real S. A. HSBC Bank Brasil S. A. Citibank S. A. Banco de Boston S. A.

FONTE DOS DADOS BRUTOS: **Sisbacen**: sistema financeiro (Bacen, 2006).

Seguindo, então, a metodologia proposta por Crocco, Cavalcante e Castro (2005), foram calculados índices que buscam refletir da melhor forma possível, separadamente, a preferência pela liquidez do público (*PLP*) e a preferência pela liquidez dos bancos (*PLB*). Dessa forma, procura-se abordar, respectivamente, tanto a demanda quanto a oferta regional de crédito. Dentre as contas disponíveis, **operações de crédito** reflete a parte do ativo dos bancos que possui menor liquidez, enquanto **depósitos à vista** e **depósitos a prazo**, que pertencem ao passivo, possibilitam analisar as escolhas de portfólio do público.

No cálculo da *PLP*, os **depósitos totais** representam a total disponibilidade de recursos dos agentes, enquanto os **depósito à vista** exprimem a sua preferência por ativos de maior liquidez. Assim, quanto maiores os depósitos à vista em relação ao total de depósitos, maior será a preferência pela liquidez do público. Nesse índice, estaria, indiretamente, retratado o grau de incerteza da economia da região analisada, já que um cenário

econômico pouco confiável levaria os agentes a optarem por ativos mais líquidos.

$$PLP = \frac{\text{Depósitos à vista}}{\text{Depósitos Totais}}$$

No cálculo da *PLB*, os depósitos à vista representam os recursos mais líquidos de que os bancos dispõem, enquanto o crédito representa a sua alocação de recursos de menor liquidez, ou seja, sua disposição em liberar empréstimos. Quanto menor for o crédito em vista dos seus recursos disponíveis, maior será sua preferência pela liquidez. O ponto é tentar inferir como o sistema bancário aloca seus recursos entre ativos de maior ou menor liquidez, levando em conta as características da região em que se encontra e seus recursos disponíveis. O que se espera é que, em regiões com maior incerteza econômica, o nível de empréstimos será menor, devido à maior preferência pela liquidez dos bancos frente a essa incerteza. O nível de desenvolvimento e de inovações será igualmente baixo, devido à maior incerteza e ao menor otimismo dos investidores.

$$PLB = \frac{\text{Depósitos à vista}}{\text{Operações de Crédito}}$$

Ambos os índices calculados serão usados no modelo econométrico desenvolvido a seguir, buscando, assim, corroborar as hipóteses teóricas apresentadas durante o trabalho. Os valores calculados confirmam a explicação teórica já referida, conforme demonstra a Tabela 2. Observa-se que os índices de todos os bancos apresentam valores menores para as regiões mais desenvolvidas — Sul e Sudeste — e maiores para as regiões mais atrasadas — Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Os bancos privados, contudo, apresentam índices mais baixos para a Região Centro-Oeste, possivelmente, devido ao financiamento da indústria agrícola que se expande na região.

Tabela 2

Preferência pela liquidez dos bancos no Brasil — 2006

REGIÕES	BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS	BANCOS PÚBLICOS ESTADUAIS	BANCOS PRIVADOS INTERNACIONAIS	BANCOS PRIVADOS NACIONAIS
Centro-Oeste	0,33	0,45	0,20	0,16
Nordeste	0,36	0,81	0,35	0,25
Norte	0,39	1,93	0,35	0,31
Sudeste	0,27	0,40	0,28	0,17
Sul	0,21	0,27	0,17	0,14

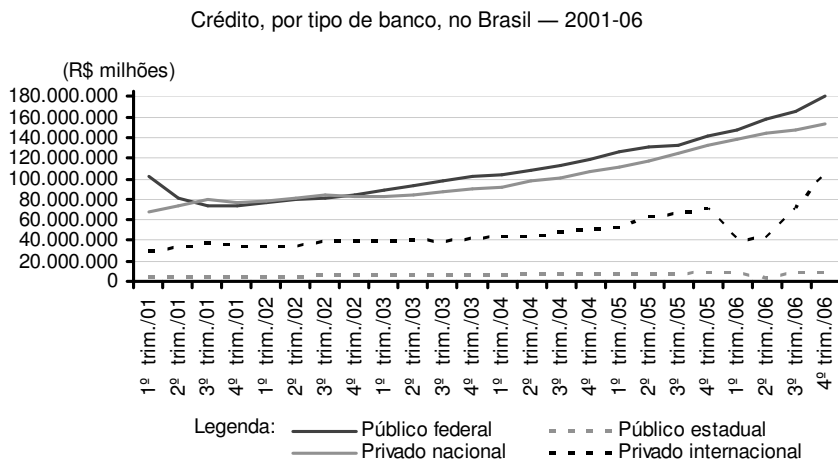
FONTE DOS DADOS BRUTOS: **Informações financeiras trimestrais** (Bacen, 2006).

3.1 O crédito no Brasil

Observa-se, no Brasil, uma grande elevação das operações de crédito entre os setores público e privado, variando de R\$ 319.808 milhões em janeiro de 2001 para R\$ 1.227.418,16 milhões em dezembro de 2008 (**Boletim do Banco Central do Brasil** (Banco Central do Brasil, vários anos)). Não obstante essa elevação, a oferta de crédito como percentual do PIB ainda é muito baixa. Conforme o **Boletim do Banco Central**, em janeiro de 2009, encontrava-se em 41,23% do PIB, muito inferior à dos países da Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mesmo após a crise mundial que se iniciou em 2007. Por outro lado, se comparado o total de depósitos dos 21 bancos estudados ao total de depósitos do sistema financeiro nacional (R\$ 794.071.573 milhões), verifica-se que os bancos analisados controlam, ao final do período, 67,53% dos depósitos, o que demonstra seu poder no SFB.

No Gráfico 1, é analisada a participação de cada um dos tipos de bancos estudados no crédito concedido no País, buscando, assim, identificar diferenças na atuação dos mesmos e, desse modo, inferir os maiores responsáveis pelo crescimento observado.

Gráfico 1



NOTA: 1. Os dados sobre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) não foram disponibilizados para o 2º trimestre de 2006.
2. Os dados sobre o banco HSBC não foram disponibilizados para o período do 1º trimestre de 2006 ao 3º trimestre de 2006.

Os dados representados no Gráfico 1 demonstram serem os bancos públicos federais e os bancos privados nacionais os principais responsáveis pelo incremento do crédito no período de 2001 a 2006. Em seguida, vêm os

bancos privados internacionais, com uma participação menos expressiva, e, por fim, os bancos públicos estaduais, que mantiveram, praticamente, o mesmo nível de crédito. Em valores percentuais, a participação de cada um dos tipos de banco no crédito, no primeiro trimestre de 2001, foi de, respectivamente, 49,56%, 33,34%, 14,81% e 2,29%. No último trimestre de 2006, essa participação foi alterada para, respectivamente, 40,32%, 34,38%, 23,18% e 2,12%. Verifica-se, portanto, uma redução na participação dos bancos públicos nacionais frente a um elevado aumento da participação dos bancos privados internacionais. A participação dos bancos privados nacionais e a dos bancos públicos estaduais permaneceram, praticamente, as mesmas, com um singelo aumento dos primeiros frente a uma leve queda da participação dos segundos, acompanhando o movimento histórico iniciado na década de 90.

3.2 Distribuição regional do crédito

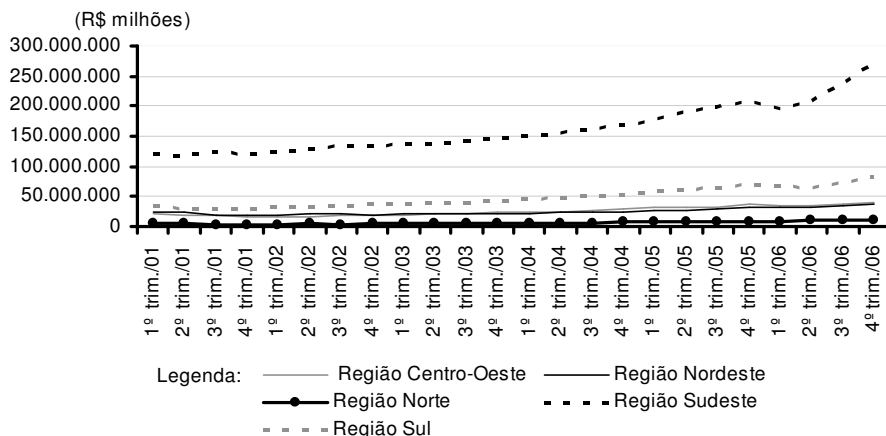
No item anterior, foi constatado que o crédito vem crescendo no Brasil, a despeito da elevada taxa de juros real. Contudo isso não diz muito quanto à redução das desigualdades regionais no País, que é o foco do presente tópico.

Conforme se observa no Gráfico 2, o crédito, no Brasil, encontra-se ainda extremamente concentrado na Região Sudeste, mais uma vez, corroborando a abordagem teórica previamente enfocada, que considera a economia numa dinâmica centro-periferia. Por ser mais desenvolvida, a Região Sudeste concentraria não só a maior parte da produção nacional, como também os escritórios centrais dos bancos e seus serviços especializados e sofisticados, com ativos de mais longo prazo, que facilitariam e impulsionariam o crédito nessa região, em detrimento das regiões mais atrasadas, mais propensas a riscos de *default* por parte dos tomadores de empréstimos.

A Região Sul, com menos da metade do montante gerado na Região Sudeste, é a segunda mais favorecida pelo crédito, seguida pela Nordeste e pela Centro-Oeste praticamente juntas, vindo a Região Norte em último lugar. A participação percentual do crédito em cada uma das regiões é retratada na Tabela 3. O que se verifica é a permanência do mesmo padrão de distribuição regional do crédito ao longo do período, havendo até mesmo uma piora na participação das regiões menos desenvolvidas, como as Regiões Centro-Oeste e Nordeste. Apenas na Região Norte, foi verificada uma pequena melhora na participação. Juntas as Regiões Sudeste e Sul agregam 75,62% e 79,69% do crédito, respectivamente, no primeiro trimestre de 2001 e no último de 2006, o que demonstra a extrema concentração de recursos financeiros no eixo Sul-Sudeste.

Gráfico 2

Distribuição regional do crédito no Brasil — 2001-06



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BACEN (2006).

NOTA: 1. Os dados sobre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul) não foram disponibilizados para o 2º trimestre de 2006.

2. Os dados sobre o banco HSBC não foram disponibilizados para o período do 1º trimestre de 2006 ao 3º trimestre de 2006.

Tendo isso em vista, é interessante analisar a composição do crédito regional segundo os tipos de bancos. Nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, a participação de cada tipo de bancos no crédito foi semelhante ao padrão nacional. A única diferença constatada foi que os bancos públicos federais se encontram mais isolados como principais fornecedores de crédito, estando os bancos privados nacionais mais distantes desses primeiros. Dessa forma, os casos mais interessantes a serem analisados são os das Regiões Sudeste e Nordeste.

Na Região Sudeste, os bancos privados nacionais encontram-se como os principais fornecedores de crédito. Em seguida, em níveis bem inferiores, estão os bancos públicos federais e os bancos privados internacionais. Os bancos públicos estaduais apresentam participação pífia na Região. Por se tratar de uma região mais desenvolvida e com economia mais dinâmica, há menor preferência pela liquidez, maior otimismo e menores riscos inerentes ao investimento, de forma que o setor financeiro privado se encontra mais fortemente inserido na provisão de crédito.

Na Região Nordeste, a situação é inversa. Sendo a economia pouco dinâmica, o setor financeiro pouco desenvolvido e a preferência pela liquidez elevada, o otimismo dos agentes é baixo, e o risco é elevado. Os bancos públicos federais são os maiores responsáveis pelo crédito. Os bancos privados nacionais representam o segundo grupo que mais fornece crédito, enquanto a participação dos bancos internacionais é bastante

reduzida, ainda que crescente — principalmente, ao final do período analisado.

Tabela 3

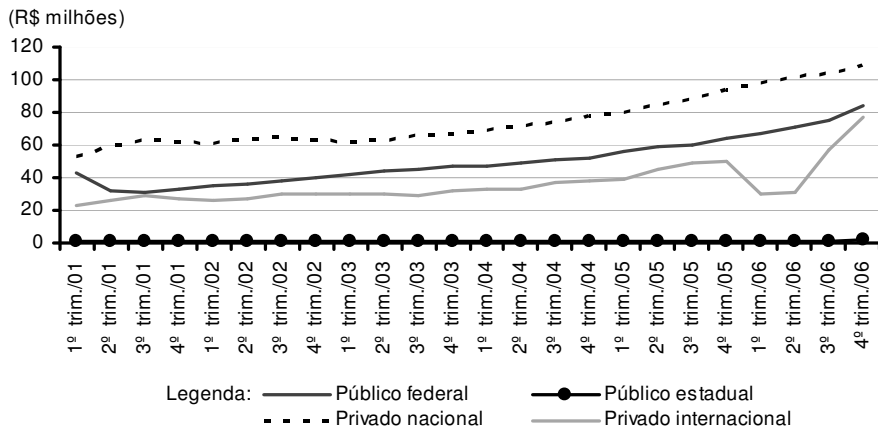
Participação percentual de cada região no crédito total disponibilizado pelos bancos analisados, no Brasil — 2001-06

PERÍODOS	REGIÃO SUL	REGIÃO SUDESTE	REGIÃO NORTE	REGIÃO NORDESTE	REGIÃO CENTRO- -OESTE
2001					
1º trimestre	0,17	0,58	0,02	0,12	0,10
2º trimestre	0,15	0,61	0,02	0,12	0,10
3º trimestre	0,15	0,64	0,02	0,10	0,09
4º trimestre	0,16	0,64	0,02	0,10	0,08
2002					
1º trimestre	0,16	0,64	0,02	0,10	0,08
2º trimestre	0,16	0,64	0,02	0,10	0,08
3º trimestre	0,17	0,63	0,02	0,10	0,08
4º trimestre	0,18	0,63	0,02	0,09	0,09
2003					
1º trimestre	0,18	0,62	0,02	0,09	0,09
2º trimestre	0,18	0,62	0,02	0,09	0,09
3º trimestre	0,18	0,61	0,02	0,09	0,09
4º trimestre	0,18	0,61	0,02	0,09	0,10
2004					
1º trimestre	0,19	0,61	0,02	0,09	0,10
2º trimestre	0,19	0,60	0,02	0,09	0,10
3º trimestre	0,19	0,60	0,02	0,09	0,10
4º trimestre	0,19	0,59	0,03	0,09	0,10
2005					
1º trimestre	0,19	0,59	0,03	0,09	0,10
2º trimestre	0,20	0,59	0,03	0,09	0,10
3º trimestre	0,19	0,60	0,03	0,09	0,10
4º trimestre	0,19	0,59	0,03	0,09	0,10
2006					
1º trimestre	0,20	0,58	0,03	0,09	0,10
2º trimestre	0,18	0,59	0,03	0,10	0,10
3º trimestre	0,18	0,61	0,03	0,09	0,09
4º trimestre	0,19	0,61	0,03	0,09	0,09

FONTE DOS DADOS BRUTOS: **Informações financeiras trimestrais** (Bacen, 2006).

Gráfico 3

Crédito, por tipo de banco, na Região Sudeste do Brasil — 2001-06



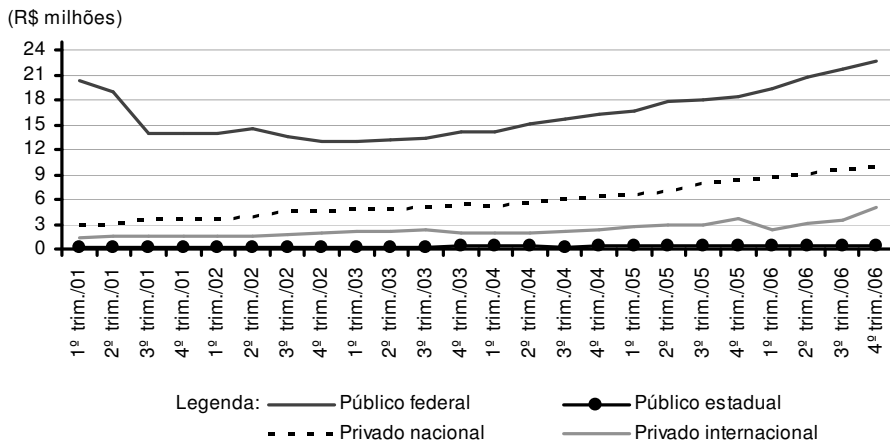
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Bacen (2006).

NOTA: 1. Os dados sobre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) não foram disponibilizados para o 2º trimestre de 2006.

2. Os dados sobre o banco HSBC não foram disponibilizados para o período do 1º trimestre de 2006 ao 3º trimestre de 2006.

Gráfico 4

Crédito, por tipo de banco, na Região Nordeste do Brasil — 2001-06



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Bacen (2006).

NOTA: 1. Os dados sobre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) não foram disponibilizados para o 2º trimestre de 2006.

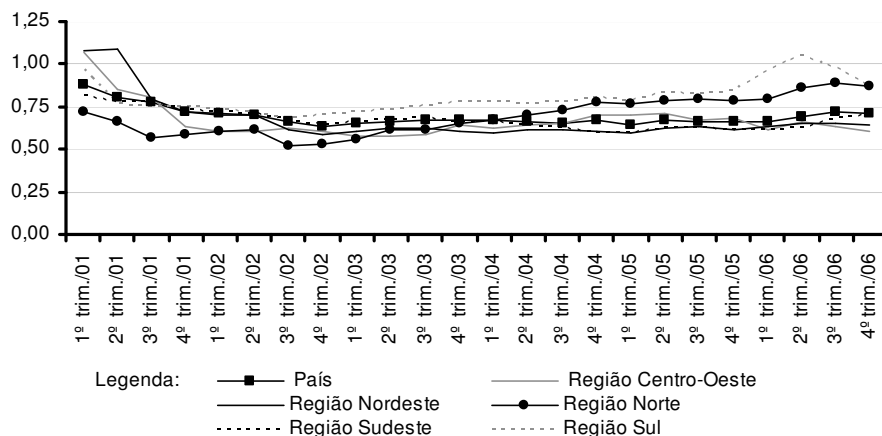
2. Os dados sobre o banco HSBC não foram disponibilizados para o período do 1º trimestre de 2006 ao 3º trimestre de 2006.

3.3 A disponibilidade de recursos por região

Buscando identificar a disponibilidade de recursos financeiros regionalmente, foi feita, então, uma análise das contas de depósitos dos diferentes tipos de banco, tendo como base a distribuição regional tanto dos depósitos como do crédito fornecido. Foi criado um índice, obtido pela relação crédito/depósitos por região, conforme representado no Gráfico 5.

Gráfico 5

Relação crédito total/depósitos totais, por região, no Brasil — 2001-06



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Bacen (2006).

NOTA: 1. Os dados sobre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) não foram disponibilizados para o 2º trimestre de 2006.

2. Os dados sobre o banco HSBC não foram disponibilizados para o período do 1º trimestre de 2006 ao 3º trimestre de 2006.

Os valores encontrados demonstram relativa homogeneidade na relação crédito/depósitos, nas diferentes regiões. Os dados mais interessantes são as elevações dos índices da Região Norte (indo de 0,52 no terceiro trimestre de 2002 para 0,87 no final de 2006) e da Região Sul (de 0,68 no terceiro trimestre de 2002 para 0,87 ao final de 2006). As Regiões Sudeste e Sul, por sua vez, apresentaram queda: respectivamente, de 0,81 para 0,70 e de 0,97 para 0,87. É possível perceber, no Gráfico 5, contudo, dois momentos distintos: um, do primeiro trimestre de 2001 ao terceiro de 2002, marcado por uma queda generalizada no índice; e outro, do quarto trimestre de 2002 ao último de 2006, caracterizado por uma elevação do indicador. Os índices para cada um dos períodos estão nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4

Índice crédito/depósitos, por tipo de banco, nas regiões do Brasil —
1º trimestre de 2001 e 3º trimestre de 2002

REGIÕES	BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS		BANCOS PÚBLICOS ESTADUAIS	
	1º Trim./01	3º Trim./02	1º Trim./01	3º Trim./02
Centro-Oeste ...	1,00	0,53	0,72	0,55
Nordeste	1,15	0,65	0,16	0,07
Norte	0,70	0,46	0,47	0,23
Sudeste	0,55	0,40	0,65	0,56
Sul	0,88	0,55	0,53	0,63

REGIÕES	BANCOS PRIVADOS NACIONAIS		BANCOS PRIVADOS INTERNACIONAIS	
	1º Trim./01	3º Trim./02	1º Trim./01	3º Trim./02
Centro-Oeste ...	1,51	1,08	1,77	1,31
Nordeste	0,87	0,70	1,69	1,18
Norte	0,84	0,67	0,94	0,84
Sudeste	0,98	0,81	1,59	1,31
Sul	1,72	1,09	1,04	0,66

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Bacen (2006).

Tabela 5

Índice crédito/depósitos, por tipo de banco, nas regiões do Brasil —
4º trimestre de 2002 e 4º trimestre de 2006

REGIÕES	BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS		BANCOS PÚBLICOS ESTADUAIS	
	4º Trim./02	4º Trim./06	4º Trim./02	4º Trim./06
Centro-Oeste ...	0,50	0,47	0,59	0,40
Nordeste	0,61	0,61	0,08	0,12
Norte	0,47	0,85	0,31	0,26
Sudeste	0,41	0,56	0,53	0,46
Sul	0,60	0,89	0,62	0,60

REGIÕES	BANCOS PRIVADOS NACIONAIS		BANCOS PRIVADOS INTERNACIONAIS	
	4º Trim./02	4º Trim./06	4º Trim./02	4º Trim./06
Centro-Oeste ...	1,07	1,53	1,41	1,21
Nordeste	0,65	0,76	1,14	0,97
Norte	0,57	1,04	0,97	0,91
Sudeste	0,74	0,72	1,18	0,91
Sul	1,00	1,36	0,68	0,63

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Bacen (2006).

Como já referido, durante o período, todos os bancos apresentaram queda no índice, em todas as regiões, exceto os bancos públicos estaduais para a Região Sul. Essa queda geral pode ser explicada pelo aumento da incerteza fruto das eleições de 2002, o que pode ter feito os bancos reduzirem a relação entre o crédito e os recursos de depósitos disponíveis. Mesmo havendo aumento do valor bruto do crédito, a queda relativa confirma o aumento da preferência pela liquidez em situações de maior incerteza, indicando maior retenção de recursos por parte dos bancos, como forma de se precaverem no caso de um evento adverso. Pela semelhança no modo de atuação dos diferentes bancos, pode-se inferir também que a competição e o estado geral de expectativas os levam a atuarem de forma semelhante.

Já no segundo momento, na Região Centro-Oeste, os principais responsáveis pela elevação do índice no período em questão foram os bancos privados nacionais (de 1,07 para 1,53). Os bancos públicos federais permaneceram praticamente no mesmo patamar, enquanto os bancos públicos estaduais e os bancos privados internacionais demonstraram leve queda. É interessante ressaltar que, apesar de os bancos privados terem menor volume de depósitos captados na região e disponibilizarem menos crédito em termos brutos, se observa que, proporcionalmente aos depósitos, os mesmos emprestam mais que os bancos públicos. Uma possível explicação para isso é o desenvolvimento da indústria agrícola na região. Na Região Nordeste, os bancos privados internacionais foram os únicos que apresentaram queda no índice (de 1,14 para 0,97). Os bancos públicos federais e estaduais permaneceram no mesmo patamar, enquanto os bancos privados nacionais apresentaram leve aumento. Já na Região Norte, foi constatada uma expressiva elevação dos índices dos bancos públicos federais e dos bancos privados nacionais (respectivamente, de 0,47 para 0,85 e de 0,57 para 1,04). Os bancos públicos estaduais e os bancos privados internacionais permaneceram com índice praticamente inalterado. Esse aumento mostra uma melhora da disponibilidade de recursos na região. Na Região Sudeste, ocorreu uma queda expressiva no índice dos bancos privados internacionais (de 1,18 para 0,91). Os bancos privados nacionais ficaram praticamente com o mesmo índice, enquanto foi observado um pequeno aumento por parte dos bancos públicos federais, compensado pela queda do índice dos bancos públicos estaduais. Isso demonstra que, apesar de a Região Sudeste ter sido onde o crédito teve maior aumento, este último foi, proporcionalmente, menor que o aumento dos depósitos, o que indica uma menor propensão dos bancos a emprestar, ou, ao menos, um receio de aumentar, proporcionalmente, a oferta de crédito. Os bancos públicos federais foram os únicos com elevação do índice. Na Região Sul, o índice dos bancos públicos estaduais e o dos bancos privados internacionais permaneceram praticamente inalterados. O índice dos bancos públicos fe-

derais e o dos bancos privados nacionais apresentaram aumentos consideráveis (respectivamente, de 0,60 para 0,89 e de 1,00 para 1,36). Tal resultado indica um quadro de expectativas mais favoráveis na Região Sul, visto não haver quedas expressivas nos índices.

Dessa forma, a Região Norte foi a mais beneficiada com a evolução observada, seguida pela Região Sul. Na Região Sudeste, apesar da queda relativa por parte de alguns bancos, foram verificados os maiores aumentos brutos; enquanto a Região Nordeste apresentou considerável piora, sendo o efeito negativo dos bancos privados internacionais o predominante na região. A Região Centro-Oeste permaneceu no mesmo nível geral (tendo a mesma média de 0,9 no fim de 2002 e no fim de 2006), posto que o aumento apresentado pelos bancos privados nacionais foi anulado pela queda do índice dos bancos públicos estaduais e dos bancos privados internacionais.

O fim da trajetória de queda e a recuperação da maioria das regiões no segundo momento são fruto do crescimento econômico observado no período. Este, ainda que pouco expressivo, provocou melhora das expectativas econômicas e aumento do otimismo dos bancos e dos investidores, o que resultou na verificada ampliação do crédito disponibilizado, mesmo em vista da manutenção do nível histórico de taxa de juros real.

4 Um estudo empírico

Conforme o referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores, neste estudo empírico, busca-se avaliar os impactos da preferência pela liquidez de cada um dos tipos de bancos analisados sobre a oferta de crédito por região. O modelo estimado testa a relação entre a preferência pela liquidez do público e a oferta de crédito dos bancos públicos federais, dos bancos públicos estaduais, dos bancos privados nacionais e dos bancos privados internacionais, depósitos à vista e o número de agências. Cavalcante, Crocco e Jayme Jr. (2006) estimam uma equação em *pooling* por mínimos quadrados ordinários (MQO), testando tal hipótese para o período de 1988 a 1999. No presente trabalho, será desenvolvido um modelo de estimação para dados em painel, avaliando se a utilização de Efeitos Fixos (FE) ou a de Efeitos Aleatórios (RE) melhor estima o modelo em questão. Conforme Wooldridge (2001), o modelo de dados em painel apresenta algumas vantagens sobre os modelos de *cross-section* ou séries temporais. Trabalhar com múltiplas observações sobre a mesma unidade permite controlar certas características não observadas dos agentes estudados.

As variáveis trabalhadas encontram-se em logaritmos para o conjunto das regiões *i* para o período 2000-06. Buscando controlar problemas de

multicolinearidade e endogeneidade típicos nesse tipo de estimação, foram regredidos três modelos. No primeiro modelo, o crédito (*Crédito*) é função da preferência pela liquidez do público (*PLP*), dos depósitos à vista (*DEPvista*) e do número de agências bancárias em cada região (*Agências*)⁵. A variável número de agências bancárias em cada região é inserida na análise tanto para captar o acesso bancário em cada região, como ainda para representar uma *proxy* para a centralidade de cada região. Espera-se que regiões com maior centralidade possuam maior número de agências, devido à presença de serviços mais especializados e ao maior dinamismo econômico.

Maior centralidade, portanto, e maior acesso bancário são fatores que colaboram positivamente para a concessão de crédito e inovação (Crocco *et al.*, 2008).

No segundo modelo, é retirada a *PLP* e são inseridas as preferências pela liquidez dos bancos públicos federais (*PLBpubFed*), dos bancos públicos estaduais (*PLBpubEst*), dos bancos privados nacionais (*PLBprivNac*) e dos bancos privados internacionais (*PLBprivInt*).

No terceiro modelo, a variável crédito é substituída pelo crédito concedido pelos bancos públicos estaduais, pelos bancos privados nacionais e pelos bancos privados internacionais, ou seja, excluindo-se o crédito concedido pelos bancos públicos federais (*Crédito_sem_pubFed*), e incluídas, como variáveis explicativas, a preferência pela liquidez dos bancos públicos federais (*PLBpubFed*), os depósitos à vista (*DEPvista*) e o número de agências bancárias em cada região (*Agências*).

As equações estimadas são as seguintes:

$$Crédito_{it} = \beta + \beta_1 PLP_{it} + \beta_2 DEPvista_{it} + \beta_3 Agências_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$Crédito_{it} = \beta + \beta_1 PLBpubEst_{it} + \beta_2 PLBpubFed_{it} + \beta_3 PLBprivNac_{it} + \beta_4 PLBprivInt_{it} + \beta_5 Agências_{it} + \beta_6 DEPvista_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$Crédito_sem_pubFed_{it} = \beta + \beta_1 DEPvista_{it} + \beta_2 PLBpubFed_{it} + \beta_3 Agências_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

As bases de dados em painel apresentam múltiplas observações sobre as mesmas unidades econômicas, tendo tanto características de *cross-sections* como de séries temporais. Por isso, em uma amostra de dados em painel, cada elemento possui o identificador de grupo *i* e o indicador de tempo *t*.

Além das vantagens já previamente destacadas, os testes com dados em painel permitem ainda considerar a heterogeneidade individual, o que não é possível com *cross-sections* ou séries temporais, fazendo, assim, com que o modelo de painel apresente resultados mais informativos, com maior

⁵ Os dados de agências bancárias por região foram fornecidos pelo Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LEMTe).

variabilidade, menor colinearidade entre as variáveis, maior grau de liberdade e, ainda, mais eficiência para as estimativas. A diferença entre o modelo de Efeitos Fixos e o de Efeitos Aleatórios é que, enquanto o primeiro considera os efeitos não observados como correlacionados com as variáveis dentro de cada unidade — como no caso de fatores socioculturais de uma determinada região —, o modelo de Efeitos Aleatórios especifica o efeito individual como aleatório — como, por exemplo, o efeito de políticas públicas decididas em âmbito nacional —, portanto, não correlacionado com as variáveis explicativas e nem com o termo de erro.

Para definir qual o melhor modelo a ser adotado, de Efeitos Fixos ou de Efeitos Aleatórios, é necessária, porém, a execução de alguns testes: (a) o Teste F, que testa a hipótese de heterogeneidade entre as informações; (b) o Teste LM de Breusch e Pagan, que também busca validar a hipótese de heterogeneidade entre as informações, sendo agora testada a variância individual (σ^2_i); (c) e, enquanto os testes acima são utilizados para validar o uso da técnica econométrica de dados em painel, uma vez aceita a hipótese de que a estimação por painel é mais adequada, é preciso, então, definir qual a técnica apropriada para a estimação. O Teste de Hausman permite confrontar os resultados dos modelos de Efeitos Fixos e de Efeitos Aleatórios.

Com relação aos resultados apresentados, os Quadros 2, 3 e 4 comparam os resultados obtidos nas estimações dos modelos de mínimos quadrados ordinários, de Efeitos Fixos e de Efeitos Aleatórios, buscando, com isso, evidenciar as vantagens da utilização do modelo de dados em painel. A análise dos resultados, contudo, concentra-se no modelo indicado como mais adequado pelo Teste de Hausman.

No Quadro 2, a análise foca-se nos resultados do modelo de Efeitos Fixos. Os Testes F e LM rejeitam a hipótese de que não há variabilidade no termo de intercepto, ou seja, de que o modelo MQO é o mais adequado. O Teste de Hausman indica que se deve aceitar a hipótese nula, de que o modelo de Efeitos Fixos apresenta estimadores mais consistentes e eficientes. Tal resultado indica a existência de fatores não observáveis ligados às especificidades regionais, como aspectos históricos, culturais e sociais, que não variam no tempo e são correlacionados com as variáveis explicativas, fazendo com que as informações não sejam independentemente distribuídas.

Quadro 2

Teste 1: Crédito como função da preferência pela liquidez do público (*PLP*), dos depósitos à vista (*DEPvista*) e do número de agências (*Agências*)

DISCRIMINAÇÃO (Log <i>Crédito</i>)	MQO (1)		FE (2)		RE (3)	
	Coeficiente	p> t	Coeficiente	p> t	Coeficiente	p> t
Log <i>DEPvista</i>	0,8407202	0,000	0,5149324	0,000	0,8344837	0,000
Log <i>PLP</i>	-0,1207035	0,091	-0,1510591	0,000	-0,135517	0,044
Log <i>Agências</i>	0,3757798	0,000	3,040486	0,000	0,3816469	0,000
Constante	0,7106987	0,106	-14,75338	0,000	0,740131	0,093
Número de observações	120		120		120	
R2	0,9727		0,9602		0,987	
Teste LM	238,48	Prob > X2	0,0000			
Teste de Hauman	54,05	Prob > X2	0,0000			
Teste F (3, 112)	242,55	Prob > F	0,0000			

(1) Modelo de mínimos quadrados ordinários. (2) Modelo de Efeitos Fixos. (3) Modelo de Efeitos Aleatórios.

Quadro 3

Teste 2: Crédito como função da preferência pela liquidez dos bancos públicos e privados, dos depósitos à vista (*DEPvista*) e do número de agências (*Agências*)

DISCRIMINAÇÃO (Log <i>Crédito</i>)	MQO (1)		FE (2)		RE (3)	
	Coeficiente	p> t	Coeficiente	p> t	Coeficiente	p> t
Log <i>DEPvista</i>	0,9770307	0,000	0,9681254	0,000	0,9770307	0,000
Log <i>PLBprivNac</i> (4)	-0,2130083	0,000	-0,2322891	0,000	-0,2130083	0,000
Log <i>PLBpubFed</i> (5)	-0,5885229	0,000	-0,6117562	0,000	-0,5885229	0,000
Log <i>PLBprivInt</i> (6)	-0,0983050	0,000	-0,0958793	0,000	-0,0983050	0,000
Log <i>PLBpubEst</i> (7)	-0,0180244	0,030	-0,0328450	0,062	-0,0180244	0,028
Log <i>Agências</i>	0,0877131	0,000	0,0594193	0,578	0,0877131	0,000
Constante	-0,2073496	0,132	0,0927227	0,871	-0,2073496	0,129
Número de observações	120		120		120	
R2	0,9992		0,9995		0,9998	
Teste LM	34,3	Prob > X2	0,0000			
Teste de Hauman	12,78	Prob > X2	0,0467			
Teste F (6, 109)	2344,67	Prob > F	0,0000			

(1) Modelo de mínimos quadrados ordinários. (2) Modelo de Efeitos Fixos. (3) Modelo de Efeitos Aleatórios. (4) Preferência pela liquidez dos bancos privados nacionais. (5) Preferência pela liquidez dos bancos públicos federais. (6) Preferência pela liquidez dos bancos privados internacionais. (7) Preferência pela liquidez dos bancos públicos estaduais.

Quadro 4

Teste 3: Impacto da preferência pela liquidez dos bancos públicos federais (*PLBpubFed*) sobre o crédito dos bancos privados e dos bancos públicos estaduais

DISCRIMINAÇÃO (Log <i>Crédito_sem_pubFed</i>)	MQO (1)		FE (2)		RE (3)	
	Coeficiente	p> t	Coeficiente	p> t	Coeficiente	p> t
Log <i>DEPvista</i> (4)	1,0635480	0,000	0,8349020	0,000	1,0009700	0,000
Log <i>PLBpubFed</i>	-0,5535975	0,000	-0,2870037	0,000	-0,3901683	0,000
Log <i>Agências</i> (5)	0,3648293	0,000	2,4313700	0,000	1,0363930	0,000
Constante	-4,0774730	0,000	-16,0896300	0,000	-8,0746190	0,000
Número de observações	120		120		120	
R2	0,9718		0,9647		0,9733	
Teste LM	849,01	Prob > X2	0,0000			
Teste de Hausman	32,5	Prob > X2	0,0000			
Teste F (3,116)	2490,17	Prob > F	0,0000			

(1) Modelo de mínimos quadrados ordinários. (2) Modelo de Efeitos Fixos. (3) Modelo de Efeitos Aleatórios.

(4) Depósitos à vista. (5) Número de agências bancárias.

Os resultados desse primeiro teste estão de acordo com o esperado, mostrando que, enquanto um aumento da *PLP* tem impacto negativo sobre o crédito, os depósitos à vista e o número de agências têm impacto positivo. Como se pode observar, todas as variáveis mostraram-se significativas a 5%. As variáveis apresentam os sinais esperados, tendo a *PLP* sinal negativo, pois, quanto menor a preferência pela liquidez, maior a preferência do público por ativos de menor liquidez, portanto, maior a demanda por crédito. A relação positiva do número de agência indica duas implicações: a de que o maior número de agências pode facilitar a captação de depósitos e a acessibilidade do público ao crédito; e a de que há, com isso, maiores informação e oferta de serviços e produtos mais sofisticados, uma vez que o número de agências pode ser utilizado como *proxy* para a centralidade.

Nos Quadros 3 e 4, encontram-se os números do segundo e do terceiro testes realizados. Mais uma vez, os valores dos Testes F e LM aceitam a hipótese de que o modelo de painel é mais adequado. O Teste de Hausman também aceita a hipótese de que o modelo de Efeitos Fixos é o mais adequado. Em relação à preferência pela liquidez dos bancos, em especial, a conjuntura econômica, o estado de expectativas e a estratégia de crédito do banco dentro de cada região podem ser fatores que geram tal constatação.

As variáveis mostraram-se significativas a 5% e com o sinal esperado. No segundo modelo, apenas o número de agências se mostrou não significativo. As variáveis de preferência pela liquidez têm sinal negativo, posto que, quanto menor seu nível, maior o crédito disponibilizado pelos bancos. No Quadro 3, como se esperava, ao se compararem as magnitudes

das variáveis de preferência pela liquidez, percebe-se que os bancos públicos federais são os que mais influenciam o montante de crédito disponibilizado, seguidos pelos bancos privados nacionais, pelos bancos privados internacionais e, por último, pelos bancos públicos estaduais. Tal resultado segue a ordem de bancos que disponibilizam maior montante de crédito, o que mostra seu potencial de influenciar o mercado e de proporcionar maior crescimento. No terceiro modelo, tal afirmativa é confirmada, ao se verificar que a preferência pela liquidez dos bancos públicos federais influencia o crédito disponibilizado pelos demais bancos. Essa é a implicação mais importante observada nos modelos. Com as recentes fusões e aquisições observadas no SFB, contudo, é interessante a elaboração de estudos que analisem os impactos das mesmas.

5 Considerações finais

Os dados estudados ao longo deste trabalho corroboram a argumentação pós-keynesiana que enfatiza a importância da moeda e do crédito para o hiato de produto em nível regional. Seguindo esse referencial teórico, o aumento do crédito no Brasil reflete o crescimento do País durante o período. Ainda que esse não tenha tido a magnitude desejada, o crescimento das exportações e a maior atividade econômica, possivelmente, elevaram o otimismo quanto à melhora do desempenho da economia, motivando os bancos a expandirem o crédito em todo o País e induzindo sua demanda. Contudo os dados demonstram que, apesar de ter mantido constante crescimento, o crédito se ampliou proporcionalmente menos do que os depósitos, indicando certa retenção de recursos por parte dos bancos. Os dados evidenciam ainda o problema das concentrações financeira e econômica no Brasil e indicam que, apesar de o crédito ter-se elevado em todas as macrorregiões, o aumento foi consideravelmente maior nas mais desenvolvidas, como as Regiões Sul e Sudeste (no último semestre de 2006, a soma do crédito dessas regiões representa 79,69% do crédito total dos 21 bancos estudados).

Os testes econométricos desenvolvidos, por sua vez, demonstram que a preferência pela liquidez, tanto dos bancos como do público, influencia o montante de crédito disponibilizado por região, corroborando o referencial teórico discutido ao longo do texto. Além disso, os testes indicam que os bancos públicos federais são os que possuem maior influência sobre o crédito. Tal resultado mostra o poder detido pelos mesmos e, mais ainda, a capacidade do setor público de liderar o processo de desenvolvimento regional, conforme descrito no decorrer deste trabalho. Tendo em vista também o recente processo de expansão da atuação dos bancos públicos federais e a incorporação de bancos públicos estaduais pelos mesmos, é

possível interpretar que o Governo está agindo de forma a aumentar sua influência no setor financeiro da economia, facilitando, assim, políticas que possam incentivar o crescimento e evitar crises como a recentemente enfrentada.

Com relação à participação dos bancos no total do crédito, observou-se que bancos públicos federais e bancos privados nacionais evoluem praticamente juntos. Os bancos privados internacionais vêm em seguida e, bem abaixo, os bancos públicos estaduais. Observando as inclinações das curvas, percebe-se que as decisões dos bancos quanto ao montante total de crédito disponibilizado são similares, acompanhando a mesma tendência, o que indica certa convergência de comportamentos. Somente os bancos públicos estaduais fogem a essa regra, mantendo o mesmo nível de crédito.

Sobre a relação crédito/depósitos entre o último trimestre de 2002 e o último de 2006, os bancos públicos federais e estaduais apresentaram menores índices, o que indica maior presença relativa dos bancos privados nacionais e internacionais no crédito. Apesar de serem os bancos que fornecem maior montante de crédito, os bancos públicos são também os que possuem maior captação de depósitos. Uma possível explicação para a menor relação crédito/depósitos dos bancos públicos é o gerenciamento de risco, uma vez que os mesmos mantêm atuação menos concentrada e ocupam nichos mais arriscados. Isso indica, em certa medida, a possibilidade de que se eleve o crédito por eles concedido. Seria interessante um estudo mais aprofundado dessa questão em pesquisas futuras.

Através da distribuição absoluta do crédito, constatou-se uma forte concentração da atuação dos bancos privados nas Regiões Sudeste e Sul (no último semestre de 2006, o crédito da Região Sudeste representava 72,34% do crédito total dos bancos privados). Os bancos privados nacionais encontram-se em uma posição intermediária, aproximando-se mais dos bancos públicos federais, especialmente na Região Nordeste. Na Região Sudeste, esses bancos são os que mais fornecem crédito. Já os bancos públicos federais são aqueles que apresentam maior desconcentração, com dados acima da média dos bancos nas regiões atrasadas e dados inferiores nas regiões mais desenvolvidas.

Verifica-se, assim, a necessidade de incentivar a elevação do nível de crédito dos bancos privados nacionais e internacionais nas regiões mais atrasadas, de forma a promover maior desconcentração do crédito. O resultado mais importante observado foi a constatação de que a preferência pela liquidez dos bancos públicos federais influencia o montante de crédito disponibilizado pelos demais bancos, mostrando, desse modo, o potencial dos mesmos de liderar o processo de desenvolvimento regional, utilizando-se de políticas que busquem incentivar o crédito dos bancos privados no País, especialmente, nas regiões mais atrasadas.

Referências

ALBUQUERQUE, E. **Inadequacy of technology and innovation systems at the periphery**: notes on Celso Furtado's contributions for a dialogue between evolutionists and structuralists. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Texto Para Discussão, 254). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20254.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Mercado financeiro e de capitais In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil — Relatório 2011**. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2011/rel2011cap3p.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sisbacen: sistema financeiro. Informações cadastrais e contábeis. **Informações financeiras trimestrais**. 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/iftimagem/Acesso>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

BEARE, J. B. A monetarist model of regional business cycles. **Jornal of Regional Science**, Malden, v. 16, n. 1, p. 57-63, 1976.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Proposta de desenvolvimento para o Brasil. In: SICSÚ, J. (Org.); PAULA, L. F. (Org.); MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo**: um projeto de desenvolvimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. P. 133-144.

CARVALHO, Fernando J. O sistema financeiro brasileiro: a modernização necessária. In: SICSÚ, J. (Org.); PAULA, L. F. (Org.); MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo**: um projeto de desenvolvimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. P. 329-46.

CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; JAYME JR., F. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. **Moeda e território**: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 295-315.

CHICK, V. Bancos e regiões: algumas lições da experiência européia, In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. **Moeda e território**: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 79-92.

CROCCO, M. A.; CAVALCANTE, A. T.; CASTRO, C. The behavior of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brasil. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v. 28, n. 2, p. 217-240, 2005.

CROCCO, M. A. *et al.* Patentes e sistemas financeiros: um estudo exploratório para o Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2008. P. 367-407.

DOW, S. C. The regional composition of the bank multiplier process. In: DOW, S. C. (Ed.). **Money and the economic process**. Aldershot: Eglar, 1982. P. 73-95.

DOW, S. C. The treatment of money in Regional Economics. In: DOW, S. C. (Ed.). **Money and the economic process**. Aldershot: Eglar, 1982a. P. 98-109.

DOW, S.; RODRÍGUES-FUENTES, C. Regional Finance: a survey. **Regional Studies**, Seaford, v. 31, n. 9, p. 903-920, 1997.

DOW, S.; RODRÍGUES-FUENTES, C. Um “survey” da literatura de finanças regionais. In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 39-75.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MATHIESON, D.; ROLDOS, J. Foreign banks in emerging markets. In: LITAN, R. (Ed.); MASSON, P. (Ed.); POMERLEANO, M. (Ed.). **Open doors: foreign participation in financial systems in developing countries**. Washington: Brookings, 2001. Cap. 2, p. 15-55.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. London: Gerald Duckworth, 1957.

RICHARDSON, H. W. **Regional Growth Theory**. London: MacMillan, 1973.

RODRÍGUES-FUENTES, C. J. Credit availability and regional development. **Papers in Regional Science**, Malden, v. 77, n. 1, p. 63-75, 1998.

ROMERO, J. P.; ÁVILA, J. L. T. Sistema financeiro e desenvolvimento regional: um estudo sobre o financiamento bancário da atividade industrial no Brasil, **Revista Economia**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 217-263, jan./abr. 2010.

SCHUMPETER, J.. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometrics analysis of cross-section and panel data**. Cambridge: MIT, 2001.

